

Entre retórica e substância

ATIVISMO SEM PROJETO ESTRATÉGICO PODE SER AINDA MAIS MALÉFICO DO QUE IMOBILISMO

*Marcelo de Paiva Abreu**

Desde pelo menos setembro do ano passado o governo Fernando Henrique Cardoso busca reorientar a sua grande estratégia. Em seguida ao lamentável episódio das escutas telefônicas, um quadro de deterioração da situação externa e a postura pelo menos complacente do governo quanto à erosão da confiança na política cambial levaram à crise de janeiro e suas medidas corretivas. Por uns tempos o governo não se pode dar ao luxo de ter grande estratégia: tratou simplesmente de otimizar a seleção de táticas que lhe salvassem a pele. No primeiro semestre, muita tinta foi gasta, ou mesmo desperdiçada, em uma pretensa oposição entre fiscalistas, ou monetaristas, e desenvolvimentistas. No âmbito do governo, pouco se adicionou, em termos de definição de medidas específicas que enfatizassem o desenvolvimento, além de nebulosas referências ao apoio de bancos públicos ao “adensamento de cadeias produtivas”. Celso Lafer foi sacrificado em uma gestão essencialmente defensiva no Ministério de Desenvolvimento, tentando fazer, como se diz melhor em inglês, “the best of a bad job”: colocar ordem na política de comércio exterior, reduzindo o seu proverbial clientelismo, e, também, com menor sucesso, nas políticas de fomento industrial. Muito se deve ao ministro na minimização dos danos que poderiam ter sido acarretados por políticas equivocadas. De fato, nada pior que o ativismo despertado meramente pelo desconforto com o imobilismo.

A recente reforma ministerial parece ter sido formulada com base em um retorno ao projeto estratégico original, com a grande diferença que a redução de popularidade do Presidente passou de ameaça a dura realidade. Mas é preocupante que a fragilidade na formulação estratégica subsista. Para recuperar a iniciativa política o Presidente parece contar com sucesso em duas frentes principais: aumento significativo das exportações, voltando a ser mencionada a meta otimista de US\$ 100 bilhões em 2002, e aumento do emprego. Não é claro que tal “estratégia” de desenvolvimento tenha condições de sucesso e muito menos que tenha coerência interna.

No campo das exportações o governo tem dado sinais evidentes de confusão entre desejos e possibilidades. Apesar de ser necessária a denúncia permanente do fechamento dos mercados internacionais às exportações brasileiras, a capacidade de o Brasil mudar as regras do jogo fora do quadro de uma negociação multilateral são bastante remotas. Por outro lado, a síndrome do plano de metas tomou conta da política de exportações sem que se tratasse de definir políticas horizontais, isto é, não seletivas, de incentivos às exportações. Idealmente estas políticas devem concentrar-se na correção de falhas de

mercado e em atenuar, enquanto não progride a reforma tributária, as distorções provocadas por tributação incidente sobre exportações. A simples definição de metas setoriais com grande desagregação parece inócua.

Será, também, extremamente difícil manter qualquer compromisso de redução substancial do desemprego sem políticas compensatórias vigorosas. Várias das políticas que fazem parte do programa de governo são quase sempre inevitavelmente geradoras de desemprego. O governo vive aí vários dilemas. A política de abertura do mercado brasileiro adotada nos últimos anos funcionou como poderoso incentivo à modernização das indústrias instaladas no País. Modernização do parque produtivo resulta em aumento da produtividade da mão de obra que geralmente está associado a desemprego, especialmente em um quadro de estagnação econômica. Similarmente, seria ilusório pensar em competir no mercado internacional com custos de mão de obra distorcidos por compromissos de manutenção de emprego. Tanto a reforma do setor público direto quanto a privatização contribuíram e vão continuar a contribuir diretamente para o aumento do desemprego. Finalmente, um dos principais elementos que explicam a redução de custos resultante de fusões, como a que se projeta entre a Brahma e a Antarctica, têm origem na redução de emprego. O dilema é claro entre o objetivo de aumentar a competitividade de setores industriais específicos e uma política de manutenção de emprego. O problema é de solução extremamente difícil. Certamente não será resolvido com a criação de empregos extremamente caros como os que resultarão dos investimentos pesadamente subsidiados da Ford na Bahia. Simplesmente não há recursos financeiros, especialmente em um quadro de restrição severa de gastos públicos, para renúncias fiscais generalizadas em bases munificentes como as do exemplo baiano. Muito melhor do que o uso dos recursos em paliativos pontuais com grande efeito propagandístico seria o financiamento de treinamento de mão de obra e de programas de gastos públicos definidos com base na maximização do número de postos de trabalho criados.

Embora o Presidente, em manifestações públicas reiteradas, tenha demonstrado a sua preocupação com o social, e a ênfase no emprego em discurso recente é prova disto, o governo está manifestamente na defensiva. Seria talvez o caso de o Presidente tentar virar o jogo da opinião pública comprometendo-se politicamente em campanha de mobilização nacional contra o indecente padrão de vida de boa parte da população.

*Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.